Coleção Novos Estudos de História Econômica do Brasil

História Econômica do Brasil Império

Essa coleção pretende resgatar a tradição da Associação Brasileira de Pesquisadores de História Econômica (ABPHE) de oferecer reflexões críticas e atualizadas sobre o nosso passado, contribuindo assim para que a comunidade acadêmica e o público em geral tenham condições de agir concretamente para a transformação de nosso presente.

ISBN 978-65-5831-137-9

9 786558 311379

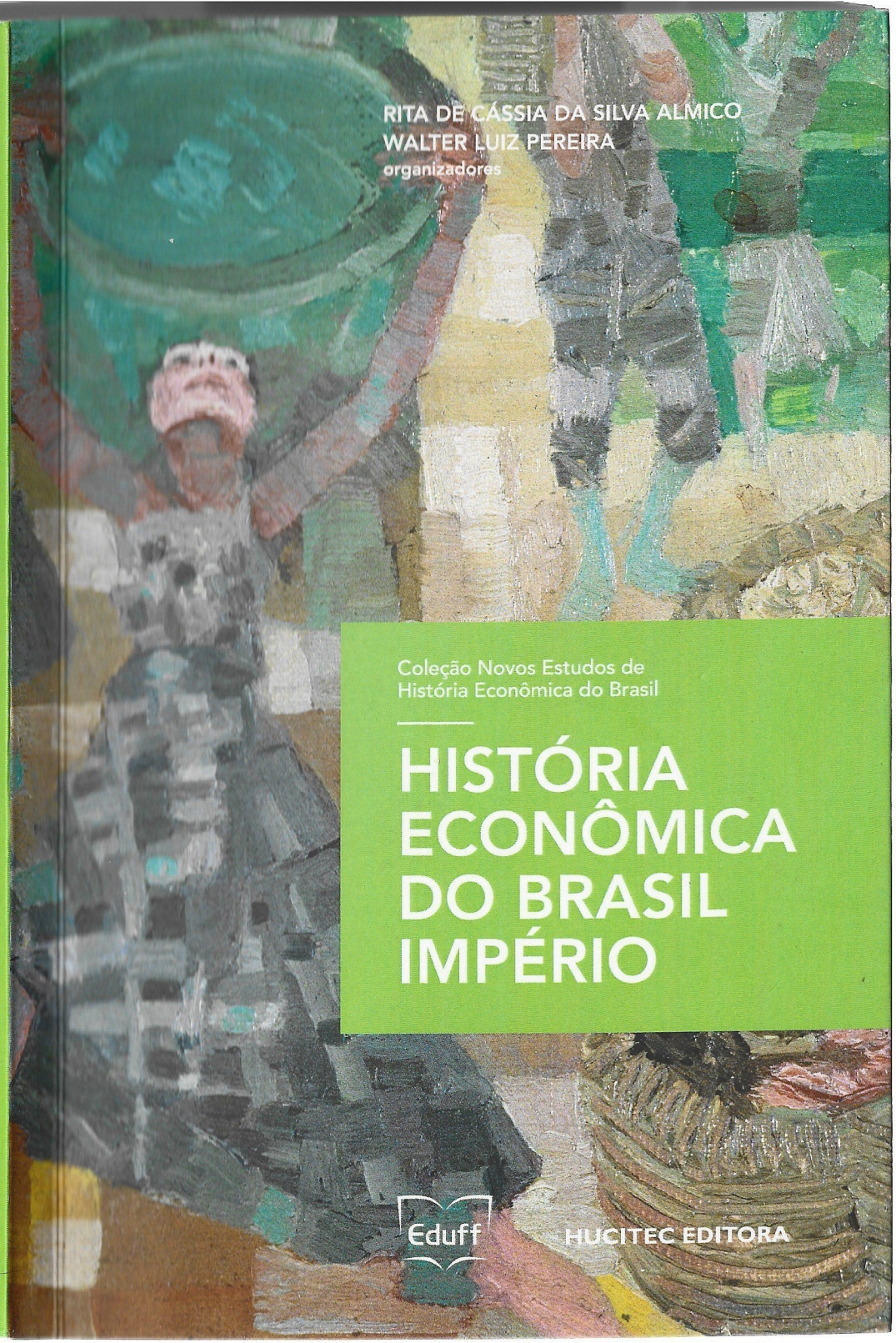
ISBN 978-85-8584-042-5

9 788584 042517

RITA DE CÁSSIA DA SILVA ALMICO
WALTER LUIZ PEREIRA
organizadores

Coleção Novos Estudos de
História Econômica do Brasil

HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL IMPÉRIO



Eduff

HUCITEC EDITORA

Olhar para essa bela coletânea, tão representativa da riqueza do campo da história econômica hoje é reconhecer a fecundidade desse espaço de fronteira. Seja na articulação entre os vários "canteiros da história", seja na interface promovida entre as ciências sociais, o lugar da boa história econômica tem sido sempre o de lembrar a importância da vida material na construção da gesta humana, transformando natureza, instituições e vida das pessoas. Precisa da largueza, da abrangência, do diálogo entre saberes, sem o que torna-se árida e estéril. Toda boa história econômica é também política e social. Nos trabalhos aqui reunidos pode-se aquilatar um percurso que, nutrindo-se dessa abrangência, ganha também com a incorporação das novas abordagens e vertentes historiográficas pelos pesquisadores. Certamente nossos queridos Tamás Szmrecsányi e José Roberto do Amaral Lapa, lembrados e homenageados aqui em seu papel pioneiro na construção do campo, estariam orgulhosos dessa generosa safra de novos frutos.

O tempo que vivemos reclama por abrangência, inteligibilidade, conexão. Depende cada vez mais das possibilidades que o jogo de escalas, do micro ao macro, do local ao global, oferece para a compreensão das ações humanas. O Brasil Império é aqui revisitado com trabalhos que retomam os temas estruturantes daquela sociedade – dentre eles a escravidão e o tráfico de escravizados – com novos olhares que interrogam as mudanças demográficas, as relações de crédito, a vida urbana, a transição do trabalho, as questões de gênero, refletindo também as inovações metodológicas que os tornaram possíveis. É também uma expressão da maturidade e pertinência de uma área do saber que tem sido relegada a um injusto segundo plano em nosso sistema de pós-graduação, sempre tão eloquente para defender a interdisciplinaridade e pouco coerente em reconhecê-la e valorizá-la.

Wilma Peres Costa
Professora Livre docente de Brasil Império da Unifesp e sócia da ABPHE

HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL IMPÉRIO

© 2022 Rita de Cássia da Silva Almico e Walter Luiz Pereira
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da editora.

Coleção Novos Estudos de História Econômica do Brasil, v. 5

Equipe de realização

Editor responsável: Renato Franco
Coordenador de produção: Ricardo Borges
Revisão: Graça Carvalho
Normalização: Camilla Almeida
Projeto gráfico, capa e diagramação: Natália Brunnet
Supervisão gráfica: Marcio André Baptista de Oliveira

A utilização da imagem da obra *Colheita de Café* (1957), de Candido Portinari, foi autorizada graciosamente por João Candido Portinari, titular dos direitos de autor do artista.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - CIP

H673 História econômica do Brasil Império / Rita de Cássia da Silva Almico e Walter Luiz Pereira (organizadores); organização geral da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) e Luiz Fernando Saraiva. – Niterói : Eduff; São Paulo : Hucitec, 2022. – 372 p. ; 21 cm. – (Coleção Novos Estudos de História Econômica do Brasil, v. 5)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5831-137-9
ISBN 978-85-8404-251-7
BISAC BUS023000 BUSINESS & ECONOMICS / Economic History

1. Brasil – Condições econômicas. 2. Brasil – Período imperial. I. Almico, Rita de Cássia da Silva. II. Pereira, Walter Luiz. III. Título. IV. Série.

CDD 330.981

Ficha catalográfica elaborada por Márcia Cristina dos Santos (CRB7-4700)

Direitos desta edição cedidos à

Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense
Rua Miguel de Frias, 9, anexo/sobreloja
Icaraí - Niterói - RJ CEP 24220-008 - Brasil
Tel.: +55 21 2629-5287
www.eduff.uff.br - faleconosco@eduff.uff.br

Hucitec Editora Ltda.
Rua Dona Inácia Uchoa, 209
São Paulo - SP CEP 04110-020 - Brasil
Tel.: +55 11 3892-7772
www.huciteceditora.com.br
lerereler@huciteceditora.com.br

Publicado no Brasil, 2022.
Foi feito o depósito legal.

Sumário

Prefácio 7
Carlos Gabriel Guimarães

Apresentação 9
Rita Almico
Walter Luiz Pereira

Terra e agricultura no Império brasileiro 17
Elione Silva Guimarães
Vitória Fernanda Schettini

Estrutura e dinâmica demográfica brasileira no século XIX 51
Mario Marcos Sampaio Rodarte
Marcelo Magalhães Godoy
Clotilde Andrade Paiva

Tráfico legal e ilegal de escravos no Brasil no século XIX 87
Herbert S. Klein
Francisco Vidal Luna

Relações de crédito no Brasil imperial 119
Renato Leite Marcondes
Rita Almico
Walter Luiz Pereira

Transportes e comunicações no Império brasileiro sob a óptica da História econômica 173
Paulo Roberto Cimó Queiroz

Urbanizações brasileiras no século XIX 219
Fania Fridman

Indústria no Império: entre o doce e o amargo 261
Leila Mourão Miranda

Historiografia da transição do trabalho escravo para o livre no Brasil 305
Luiz Fernando Saraiva
Sílvio Humberto dos Passos Cunha

Senhoras, escravizadas, libertas e pobres: as mulheres no Império brasileiro 341
Hildete Pereira de Melo
Miridan Britto Falci

Sobre os autores 369

Prefácio

Os livros têm grande importância em nossas vidas não só porque auxiliam na construção de nosso conhecimento, mas também porque nos trazem palavras de encanto, doçura e suavidade.

Francis Bacon

É com grande gosto, como se diz na boa terra, que faço o Prefácio deste volume da Coleção Novos Estudos de História Econômica do Brasil, período imperial. Organizado pelos professores Rita Almico e Walter Luiz Pereira, o dito volume trata de um Balanço Historiográfico, 25 anos após a publicação pela ABPHE da História Econômica da Independência e do Império.

A economia brasileira no Oitocentos, em geral, está dividida em dois momentos cronológicos, o antes e o depois da *plantation* cafeeira do Vale do Paraíba fluminense, paulista e mineiro. No entanto, na discussão sobre o "Império é o café", é importante analisar certos marcos institucionais, e destacamos: a Tarifa Alves Branco de 1844, a Reforma Monetária de 1846, o Código Comercial de 1850 e o fim do Tráfico Transatlântico de escravos e a Lei de Terras, ambos de 1850.

Frutos de um projeto político conservador, tendo à frente a elite dirigente saquarema da classe dominante senhorial, tais mudanças institucionais, com exceção da tarifa de 1844 e da Reforma Monetária, ambas no quinquênio liberal, possibilitaram a consolidação do Império Escravista mercantil até 1888, quando, com a abolição da escravidão, selou sua derrocada e a implantação da República no 15 de novembro de 1889.

Retornando ao café, o "ouro negro", produzido por mão de obra escrava em largas extensões de terra, a *plantation* escravista, foi o principal produto de exportação do Brasil no século XIX. Sua principal região produtora, o Vale do Rio Paraíba do Sul, que abrangia

Historiografia da transição do trabalho escravo para o livre no Brasil

Luiz Fernando Saraiva
Sílvio Humberto dos Passos Cunha

Introdução

A transição do trabalho escravo para o livre no Brasil foi um dos temas de pesquisa mais importantes para a historiografia econômica, ao menos entre as décadas de 1940 e 1990. A importância que a escravidão assumiu para a sociedade brasileira ao longo da sua história, particularmente no século XIX, reforça a importância do estudo do tema, ao mesmo tempo que o ritmo de desenvolvimento desigual das diversas regiões do país passou a ser um desafio que os especialistas deveriam tentar explicar.

Para uma parte não pequena de economistas e historiadores, as formas como se deram essas transições foram determinantes para o maior arranque da economia paulista em relação às demais regiões do país. *Diverso e desigual*, nos dizeres do historiador Renato Leite Marcondes (2009), já em meados do século XIX o Brasil possuía uma pauta de diversos produtos agrários voltados para a exportação e um mercado interno de dimensões variáveis. Se a escravidão havia unificado o país no início do século XIX, justamente no momento de sua independência e na construção de seu Estado Nacional, foi no final desse século e princípios do XX que as múltiplas formas de trabalho, emergidas durante a dissolução do cativeiro, acabaram por condenar grandes áreas de nosso território ao atraso, estagnação e mesmo involução.

Entender as principais características dessa transição se transformou em uma "pedra de toque", principalmente para os historiadores econômicos entenderem as transformações – leia-se urbanização e industrialização – que se aceleraram de maneira "natural" e / ou "intencional" no país em meados do século XX. Esse tema também se revelou fundamental para a própria elaboração das políticas econômicas, principalmente a partir da década de 1960, com a atuação do Estado e as políticas de desenvolvimento regional (SAMPAIO, 2019).

O presente trabalho está dividido em quatro seções, além desta introdução. A segunda parte propõe uma discussão sobre o conceito do que seria a *transição do trabalho escravo para o livre* (e não assalariado) a partir de alguns dos autores fundamentais da questão. Também formulamos o que entendemos como estudos dessa *transição* e as pesquisas correlatas e significativas sobre modos de vida, trabalho, demografia, relações sociais e culturais no Brasil dos séculos XIX e XX. A terceira parte irá acompanhar a evolução dos estudos sobre a transição desde a década de 1950 até pelo menos as duas primeiras décadas do século XXI, destacando os principais avanços teóricos e metodológicos. Na quarta seção visamos problematizar a "invisibilidade" e o *viés* da questão racial nos estudos sobre a *transição* e das possíveis explicações e implicações que tal fato acarreta para a questão no âmbito da História Econômica e da própria Economia. Ao final, tecemos algumas considerações apontando lacunas e perspectivas para os estudos renovados da questão da transição do trabalho entre nós.

O conceito da transição do trabalho escravo para o livre

O "uso" do termo *transição* pelos historiadores e economistas surgiu desde cedo nas pesquisas no Brasil e foi fortemente influenciado pelos debates internacionais, particularmente sobre a controvérsia da *transição do feudalismo para o capitalismo*. Sem espaço para esmiuçar uma das mais importantes discussões dentro da História Econômica de meados do século XX, o que queremos reter aqui é a apropriação que historiadores e economistas em geral – e

historiadores econômicos em particular – fizeram do conceito de *transição*. Os estudos que utilizaram o vocábulo se multiplicaram para inúmeras investigações de longa duração, tendo como pano de fundo as lentas passagens de uma economia feudal para o desenvolvimento de uma economia capitalista, com um estágio intermediário nomeado genericamente como *mercantilismo*, em um período que vai *grosso modo* do século XVI até o XVIII, ou seja, o longo período de mudanças nas sociedades e economias europeias que se estenderam e incorporaram lentamente todas as porções do globo, a dinâmica econômica mercantil, depois capitalista.[1]

Posteriormente, mudanças nas formas de organização políticas, sociais e culturais também foram enfeixadas nesse amplo conjunto de transformações (ANDERSON, 1989). Essa ampliação "inflacionária" do conceito de *transição* foi de tal monta que, não sem sentido, Francisco Falcon criticou o excessivo uso do vocábulo quando, ao estudar o mercantilismo como um conceito mais ou menos tomado de maneira acrítica, afirmou que para alguns historiadores "a própria ideia de transição é algo sem sentido pois [...] a História é uma 'eterna transição' e sendo assim não haveria como distinguir uma 'transição na transição'" (FALCON, 1996, p. 18).

Na expressão originária das ciências naturais, notadamente a Química e a Física, o termo *transição* traz, até hoje, em seu sentido dicionarizado, a vinculação a esses universos, quando lemos que o termo (entre outros significados) compreende

> transição de fase, (FÍS): a) mudança de fase num sistema físico; b) mudança descontínua entre estados quânticos distintos. Transição isomérica, (FÍS): transformação espontânea de um nuclídeo em um isômero [...] (MICHAELIS, 2019).

[1] A publicação do livro do historiador Maurice Dobb, em 1946, *Estudos sobre o Desenvolvimento do Capitalismo* promoveu uma grande discussão a partir das críticas que a obra recebeu do economista norte-americano Paul Sweezy, ainda em 1954. Daí em diante uma série de intelectuais do campo marxista de várias partes do mundo escreveram sobre o tema, que teve vários desdobramentos até o início dos anos de 1990, sendo recentemente atualizada a partir da obra da cientista política Ellen M. Woods (MARIUTTI, 2004; WOODS, 2001; 2004). O debate que se seguiu agregou várias concepções teóricas distintas, como aquelas exaradas da New Economic History, a Nova Economia Institucional e ainda outras vertentes. Para um breve apanhado dessas discussões sobre a Transição, cf. Saes e Saes (2017).

Já para os historiadores, o sentido de transição passou a oscilar entre as lentas e tortuosas passagens de um sistema indefinido (quer político, econômico, cultural etc) para outro, que também é pouco detalhado, ou uma conceituação mais ou menos processual em que a "mudança de fase" numa sociedade ao longo da sua história necessariamente caracterizaria um ponto de partida "a" e um ponto de chegada "b".

Aqui o termo *Transição* foi apropriado de maneira semelhante ao que ocorreu com *Revolução*, inicialmente ligada ao campo da astronomia (e da astrologia). Ainda no século XVIII a palavra passou a representar para historiadores uma mudança completa na ordem social estabelecida (quer política, quer econômica), diferindo, portanto, do conceito original estável (mas não estático) dos estudos sobre os movimentos celestes – ou a revolução da Terra em torno do Sol (SILVA; SILVA, 2009, p. 362; BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 26-27 et passim).[2]

No Brasil, conforme dissemos, o termo foi usado desde cedo por historiadores, de diversos matizes teóricos e para diversos temas. O marxista Caio Prado Júnior, por exemplo, em suas obras sempre se referiu à *transição* principalmente como a dramática passagem de uma economia agroexportadora para uma economia industrial, processo que o país viveu em meados do século XX (PRADO JÚNIOR, 1945, cap. 22), bastante semelhante ao uso do conceito de *economia de transição para um sistema industrial* do desenvolvimentista Celso Furtado (2000, quinta parte). Foi outro historiador de igual estatura – mas de concepções teóricas muito mais próximas do historicismo alemão – que se tornou o primeiro responsável pela popularização do termo *transição* entre nós, mais especificamente, voltado para estudos que relacionavam a crise da economia escravista e a consolidação e generalização do trabalho livre.

Foi Sérgio Buarque de Holanda que em 1941 – antes, portanto, da publicação de suas obras mais importantes – traduziu do

[2] A utilização de termos originários das ciências da natureza pela Economia e História não é propriamente uma novidade. Há ainda outros conceitos, como *afinidades eletivas*, retirado da Alquimia e da Literatura (PAULA, 2005), e o próprio conceito do mercado autorregulável, de Smith, que se aproxima muito das leis gerais da física newtoniana (CERQUEIRA, 2004).

alemão, escreveu o prefácio e ainda realizou as notas remissivas do livro *Memórias de um colono no Brasil*. Esse livro contém os relatos do suíço Thomas Davatz, que teria participado da "primeira" experiência de introdução de trabalhadores livres no Brasil, ainda em 1844, na famosa Fazenda *Ibiacaba* do senador Vergueiro, onde ocorreu uma grande revolta em 1856 diante das péssimas condições de tratamento desses trabalhadores (DAVATZ, 1941).

O texto introdutório de Sérgio Buarque de Holanda consolidou muito do que autores posteriores iriam escrever sobre a *transição* do trabalho: a conexão direta que a imigração teve com a substituição do trabalhador escravizado (DAVATZ, 1941, p. 11), as débeis tentativas e insucessos iniciais (DAVATZ, 1941, p. 9-10), a importância que a imigração teve para a província, depois estado de São Paulo, com o *arranque* da cafeicultura apoiada no "novo tipo" de fazenda que surgia na segunda metade do século XIX (DAVATZ, 1941, p. 15 et passim).

O texto de Buarque é tão emblemático que já foi dito que "o brilho do prefaciador ofuscou o prefaciado" (COHEN, 2001 apud VENÂNCIO, 2016). No caso, a sua influência na historiografia da *transição* é fundante, embora nem sempre reconhecida. A visão da hegemonia paulista no processo de desenvolvimento citerior do país e a forma como se deu essa passagem no país são tributárias do(s) modelo(s) descritos por Sérgio Buarque. Também é dele a análise pessimista sobre a recuperação das histórias dos escravizados, posto que não teriam produzido memórias escritas como as dos imigrantes europeus. O prefácio dialogou essencialmente com relatos de experiências análogas de trabalho livre estrangeiro em outras regiões do país, destacando sempre a importância seminal de Ibiacaba, estranho caso em que o fracasso da experiência se tornou um sucesso entre a literatura especializada.

Já Caio Prado Júnior – que, como afirmamos, não utilizou o vocábulo *transição* no sentido de mudanças na forma de trabalho – somente sistematizou suas reflexões sobre o tema na sua segunda obra, *História Econômica do Brasil*, de 1945, e em dois capítulos distintos, embora conectados (18. A Decadência do Trabalho Servil e Sua Abolição; e 19. Imigração e Colonização). Esse autor realizou investigação sistemática sobre a substituição do trabalho escravo

pelos trabalhadores livres nacionais e pelos imigrantes no país (e não somente em São Paulo), destacando as disparidades regionais a partir do fim do tráfico de escravos em 1850 como um dos fatores que levou ao declínio do sistema escravista e a adesão das províncias do norte ao abolicionismo.

A pesquisa de Caio Prado Júnior foi fortemente inspirada no livro *Le Brésil en 1889*, coletânea organizada por F. J. de Santa-Anna Nery, especialmente no capítulo XVI "Immigration", de Eduardo da Silva Prado (1889), a quem reputa "[...] o melhor resumo que possuímos sobre o tema" (PRADO JÚNIOR, 1945, p. 277). Parte daí a visão que posteriormente será bastante difundida em livros e manuais escolares, da supremacia do trabalhador imigrante europeu em relação aos nacionais e novamente a importância central da província / estado paulista. Tomando o século XIX como um "laboratório" de experiências, Caio Prado diferenciou as primeiras tentativas de utilização do trabalho livre e imigrante, da primeira metade do século XIX, como incipientes e incompletas porque conviviam com uma economia plenamente escravista. Foi somente a partir do fim do tráfico de escravos em 1850 e com o declínio e decadência da escravidão que uma segunda, poderosa e crescente leva de imigrantes teria se consolidado entre nós, garantindo a(s) passagem(ns) de uma forma para outra.

Tomando o século XIX como um "laboratório" de experiências, Caio Prado Júnior diferenciou as primeiras tentativas de utilização do trabalho livre e imigrante, da primeira metade do século XIX, como incipientes e incompletas porque conviviam com uma economia plenamente escravista. Foi somente a partir do fim do tráfico de escravos em 1850, e com o declínio e decadência da escravidão, que uma segunda, poderosa e crescente leva de imigrantes teria se consolidado entre nós, garantindo a(s) passagem(ns) de uma forma para outra.

Suas palavras sobre o *nível* do escravizado africano – se hoje podem causar espanto – rapidamente se popularizaram e adquiriram aspecto de julgamento da *herança* da escravidão entre nós. Disse Caio Prado Júnior sobre as dificuldades do "início da indústria manufatureira no país" que:

> Não esqueçamos que o escravo brasileiro era, em regra, o africano boçal, recrutado entre as nações de mais baixo nível cultural do continente negro. Os povos negros mais cultos são os do Sudão, isto é, de regiões situadas ao norte do Equador, onde o tráfego se proibira desde 1815 (PRADO JÚNIOR, 1945, p. 5).

Já Celso Furtado, em seu livro *Formação Econômica do Brasil*, publicado anos depois (a 1ª edição é de 1959), foi quem consolidou a escolha do vocábulo (e do conceito) *transição* para se referir à modificação nas relações de trabalho no país. Na quarta parte de seu livro denominada Economia de Transição para o Trabalho Assalariado – seção que ocupa quase 37% da obra, sendo, indubitavelmente, a maior de todas –, Furtado analisou as diversas regiões do país, sob a ótica da substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador assalariado, admitindo dois pontos centrais: nem sempre essa substituição foi "física" (o negro pelo imigrante) e nem sempre se chegou no ponto "b" (ou seja, o trabalho assalariado na definição clássica).

Furtado sintetizou ainda essas ideias e discussões em três modelos "fundamentais" dessa *transição*: 1º) o caso do oeste paulista; 2º) o caso das regiões ainda dinâmicas; e 3º) o caso das regiões decadentes ou em crise. Somente no oeste paulista e em algumas outras poucas regiões do país teríamos tido a completa passagem de uma economia predominantemente escravista para o trabalho livre *assalariado*, ou, em outras palavras, o trabalho capitalista. A imigração maciça de trabalhadores europeus e a adoção de formas de trabalho manifestamente capitalistas criaram as condições necessárias para o *milagre paulista*: a expansão do mercado de consumo, gerado pelos salários pagos aos trabalhadores; a mentalidade progressista e empreendedora, ora da burguesia cafeeira ora dos imigrantes europeus; a contínua expansão da cafeicultura; os sistemas de transporte, a comercialização e a armazenagem. Tudo isto combinado, em diferentes *graus*, faria com que a supremacia do estado paulista se consolidasse sobre o conjunto da nação.

Em algumas regiões do país, bem como no resto de São Paulo, do Sudeste, do Recôncavo baiano, da mata pernambucana e de uma porção significativa da região sul, a adoção de formas híbridas entre a escravidão e o trabalho *livre*, genericamente denominadas

de *pré-capitalistas*, levou à manutenção do domínio da terra, à concentração da riqueza nas mãos de poucos grupos e pessoas e ao ritmo de crescimento industrial e capitalista menor que o visto em São Paulo, em sua parte mais dinâmica. Clivagens coronelísticas se relacionariam com modernizações imperfeitas, *surtos* industriais de pequeno fôlego associados à exploração de trabalhadores nacionais e estrangeiros.

Nas demais regiões do país, principalmente nos *sertões*, a pobreza dos proprietários de terra e das atividades mercantis foi agravada com o ocaso do escravismo. Assistimos assim, no período posterior à abolição, à maior fragmentação das grandes propriedades de terra e à emergência de uma economia camponesa autônoma, porque, na maioria das vezes, operavam no nível da subsistência, ou, então, assistiremos aos constantes conflitos pela posse de terras, ao coronelismo, *messianismo*, *jaguncismo* e *banditismo*, que somente serão *resolvidos* com as emigrações sucessivas para o Sudeste, já em meados do século XX.

Ainda em 1964 foi defendida a tese de livre-docência *A escravidão nas áreas cafeeiras. Aspectos sociais, econômicos e ideológicos da desagregação ao sistema escravista, em São Paulo*, de Emília Viotti da Costa, que, dois anos depois (1966), será conhecida em uma versão ampliada como *Da senzala à colônia: Corpo e alma do Brasil*. Obra que consolida definitivamente a importância que o trabalho imigrante teve para a substituição física dos escravizados nas áreas mais dinâmicas da cafeicultura, ao mesmo tempo que reforçou a importância das primeiras experiências do regime da parceria na fazenda Ibiacaba e a posterior evolução desse sistema para o colonato. A concepção de que o sistema da parceria operava com baixos níveis de remuneração monetária e grande poder senhorial por parte do proprietário de terras sobre os "parceiros" – portando uma lógica irracional em termos capitalistas, portanto – vem detalhada no minucioso estudo de Viotti. Também a superioridade do regime do colonato pelo *assalariamento* dos imigrantes que chegaram, principalmente a partir de 1880, no "novo" Oeste Paulista, foi brilhantemente explicada pela pesquisa de Viotti que, além de tudo, demonstrou a "superioridade" do trabalhador livre e estrangeiro

perante os escravizados – principalmente no aperfeiçoamento das técnicas de produção e utilização de máquinas de beneficiamento.

Em linhas gerais, essa é a primeira grande corrente interpretativa que se seguiu à publicação dessas três obras. Até a década de 1980, assistimos à predominância dos estudos econômicos em um sentido estrito, que pouco dialogavam com outros campos da História; uma macrovisão que se colocava "por trás" desta problemática – que ia de uma sociedade arcaica, porque pré-capitalista, para o polo oposto de uma sociedade moderna porque capitalista. Grande parte desta distinção se dava, obviamente, pelo tipo de trabalho empregado e pelo tipo de propriedade de terras utilizadas em cada uma dessas sociedades. Aí estariam os limites e as "margens" da discussão.

A questão do trabalho assalariado, assim, tomou uma proporção imensa nas interpretações vigentes, tanto em termos de História Econômica, quanto em termos de políticas econômicas de desenvolvimento. As inúmeras formas de trabalho livre, *não* assalariado, que surgiram no campo brasileiro durante e, principalmente, após a abolição – como o colonato, a parceria, a meia, o cambão, barracão e outras – se tornariam uma causa explicativa do atraso sistêmico da maioria das regiões do país e ainda uma questão fundamental para garantir o desenvolvimento do país nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

Aqui é importante que abramos um parêntese e lembremos que uma parte significativa dos historiadores de então possuía nesse momento uma profunda vinculação com o Partido Comunista Brasileiro e com as teses predominantes nesse momento (a vertente leninista do marxismo e das teses da *III Internacional*). Tais autores, como Alberto Passos Guimarães, em seu livro *Quatro Séculos de Latifúndio*, e Nelson Werneck Sodré, com *Formação Histórica do Brasil* (ambos de 1963), marcaram a realidade do trabalho e do trabalho rural no Brasil com a ideia da persistência e ampliação de relações servis, tipicamente feudais, no Brasil.

Se a tese foi rapidamente combatida e posta de lado, tanto pelas suas incoerências teóricas como pelo exame mais acurado das fontes e da realidade brasileira, não se pode negar o esforço dos autores em entender as contradições que se apresentavam ao

campesinato brasileiro do ponto de vista da submissão à lógica única e exclusiva do capital.[3]

Na próxima seção iremos detalhar melhor os estudos e trabalhos que se coadunavam com essa visão de *transição*, bem como com a de autores que promoveram rachaduras nesse "modelo" e propuseram outras interpretações possíveis. O que nos cabe agora é delimitar, com algum grau de precisão, quais são os critérios dos estudos que entendemos por *transição do trabalho escravo para o livre*, a partir de uma perspectiva da História Econômica, e quais são os principais temas (e fontes) utilizados por esses autores.

Tal delimitação é importante porque centenas de pesquisas foram realizadas sobre as experiências dos imigrantes europeus no país, desde as primeiras memórias publicadas entre nós no século XIX. Também nas últimas décadas, centenas de dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos e trabalhos em congressos na área de História e afins têm trazido análises profundas e acuradas das experiências das populações escravizadas e dos seus descendentes entre nós. Apesar de fonte inesgotável de caminhos de pesquisas, a maioria desses trabalhos não se enfeixa naquilo que os estudos de *transição* têm de específico na nossa História Econômica.

O ponto central (ou de partida) de nosso capítulo é que estamos tratando de estudos e pesquisas que têm como delimitação o objeto de pesquisa (o trabalho) e uma concepção processual deste (as mudanças nas formas desse trabalho, do escravo para o livre). Interessam-nos menos aqui as opções teóricas e/ou as fontes utilizadas pelos autores, embora obviamente sejam importantes. Outra questão que une essas diversas pesquisas é que elas partem do reconhecimento de que essas mudanças (ou a ausências dessas) foram um dos momentos mais dramáticos de nossa história e cujos efeitos até hoje se fazem sentir.

Essa *transição* pode ser estudada em seus múltiplos aspectos dentro da História Econômica: 1º) das mudanças que levaram ao fim do tráfico internacional de escravizados e o lento processo de abolição da escravidão; 2º) das políticas que lidavam com a

[3] Para um maior aprofundamento das discussões sobre as concepções dos historiadores vinculados ao marxismo, especificamente ao Partido Comunista Brasileiro, e à interpretação do feudalismo no Brasil, cf. Motta (2014).

questão dos "imigrantes" e "nacionais" ou do tipo de trabalhador desejado e dos modelos de financiamento e utilização dessa mão de obra; 3º) dos debates e leis de alocação de serviços para combater a vadiagem e incentivar a oferta de mão de obra nas fazendas; e 4º) da racionalidade das formas de trabalho adotadas durante esse longo processo, no qual a dicotomia entre trabalho escravo *versus* assalariado é substituída por um amplo leque de possibilidades de formas cambiantes que vão de um polo a outro.

Um último ponto importante é que iremos privilegiar os estudos sobre as experiências tipicamente rurais, pela dimensão que a economia agrária tinha para a trajetória do Brasil como um todo, mas particularmente no século XIX. Claro é que os trabalhadores urbanos foram diretamente impactados pelo processo que levou ao fim da escravidão no país, mas a imensa quantidade de pesquisas sobre os "universos" dos trabalhadores no Brasil – ou, em outra expressão, os "mundos do trabalho" – impõe alguns recortes sob pena de, ao se mirar o todo, perder todas as partes.

Das múltiplas historiografias da transição do trabalho escravo para o livre

Como vimos na seção anterior, entre 1941 e 1964 se construiu uma visão "poderosa" do que teria sido a transição do trabalho escravo para o livre, ou assalariado, entre nós. As questões do *imigrante* e do *assalariamento* adquiriram uma grande importância nas análises e leituras dos autores que se seguiram, porque seriam as causas explicativas mais importantes do *arranque* da cafeicultura e, concomitantemente, de toda a economia de São Paulo. Em sentido oposto, os estudos que se seguiram tentaram, em vários aspectos, entender as demais regiões do país a partir do que *não* aconteceu – ou seja, a incompletude das formas de trabalho pré-capitalistas como a *tônica* que emergiu na maioria das regiões brasileiras.[4]

[4] É interessante notar que os esquemas gerais da CEPAL, como complexos econômicos e a dicotomia centro-periferia, eram adaptados para explicar as diferentes realidades brasileiras, *a grande transição* ou a passagem *pari passu* de uma economia escravista para uma economia capitalista, com áreas ou regiões mais ou menos retardatárias ao processo.

Dessa forma, uma historiografia de caráter regional passou a estudar as diversas regiões do país a partir destas perspectivas. Entre os trabalhos que destacaram as ausências ou incompletudes das diversas transições espalhadas pelo país, poderíamos citar a dissertação de Ana Lúcia Duarte Lanna, de 1985 (publicada em 1988), *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira, 1870/1920.* O estudo demonstrava a decadência de uma das regiões mais ricas do Império ao final do século XIX. Para a autora, a adoção da parceria como forma de trabalho dominante, aliada à falta de recursos monetários dos proprietários rurais e à ausência de dinamismo da cafeicultura, embotou o desenvolvimento econômico, e mesmo a intensa imigração italiana não foi capaz de reverter esse quadro. Outra pesquisa que associava o declínio da região às formas de trabalho que emergiram no período após a abolição foi *Café e indústria em Minas Gerais, 1870-1920*, de João Heraldo Lima (1981). Emblematicamente o autor demonstra como o declínio das atividades industriais da província, particularmente do município de Juiz de Fora, estaria relacionado ao pouco dinamismo da economia cafeeira, dominada pelas formas arcaicas e que não permitiram a formação de um mercado consumidor dinâmico, como em São Paulo.

Visões semelhantes são encontradas em dois livros que, paradoxalmente, se opõem e se complementam: *Escravismo e transição: o Espírito Santo (1850-1888)*, estudo de Vilma Almada (1984), e *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888/1930)*, de Nara Saletto (1996). O primeiro destacou a grande presença de escravizados na província como um dos fatores que impediram o desenvolvimento posterior, enquanto a segunda obra realça que, apesar da forte presença de imigrantes alemães e italianos no estado, as heranças escravistas e o regime de terras impediram o progresso desses trabalhadores, bem como da economia capixaba como um todo.

Em outras regiões do país, vemos estudos semelhantes e que condicionam o baixo dinamismo das economias regionais às formas de trabalho adotadas no pós-abolição. Estudos como a "Transição do Trabalho Escravo para o Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro: 1850 /1888", de Manoel Correia de Andrade (1983),

traçam um perfil bastante crítico das situações dos trabalhadores (na grande maioria libertos oriundos do cativeiro). Diz o autor:

> Assalariamento inicialmente relativo, em grande parte pago com o direito à habitação e ao uso de uma pequena área agrícola, que subsistiu até a sexta década do século XX. Somente após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), é que se generalizou integralmente na área o pagamento do salário total em dinheiro. Só então se integrou o modo de produção capitalista em todos os estágios, desde a comercialização até a produção do açúcar (ANDRADE, 1983, p. 82).

Já *Subordinação do Trabalho ao Capital na Lavoura Cacaueira da Bahia*, dissertação de mestrado defendida em 1981 e publicada em 1984, por Amilcar Baiardi, trazia as especificidades da expansão capitalista para a produção cacaueira por sobre o modelo de economia familiar vigente. As especificidades do capitalismo brasileiro e baiano podem ser entendidas aqui não mais sob o signo da falta ou da incompletude que predominavam na historiografia até então (BAIARDI, 1984, p. 85, 109).[5]

Ao mesmo tempo, como já dissemos, até a década de 1980 diversos estudos apontaram lacunas e questionamentos nessa primeira corrente, centrados em pesquisas de caráter regional. Esses trabalhos acabaram por ampliar as especificidades das diversas transições pelas quais o país passou. Entre os estudos de História Econômica que começaram a apontar questionamentos ou evidências empíricas de relações econômicas mais complexas, temos autores como Stanley Stein (1961), com a pesquisa *Grandeza e decadência do café: no vale do Paraíba, com referência especial ao município de Vassouras;* Peter Eisenberg, *The sugar industry in*

[5] As poucas exceções que podemos encontrar nesses modelos interpretativos vinham de outros campos do conhecimento que não a História ou a Economia. Antônio Cândido de Melo e Souza, por exemplo, foi um dos primeiros autores que mesmo no universo da sociologia se ocupou das questões referentes a trabalhadores que, no contexto do pós-abolição, jamais seriam vistos como assalariados. Os caipiras paulistas, "objetos centrais" do estudo, fazem de *Os parceiros do Rio Bonito* – fruto de pesquisa da década de 1950, somente publicada em 1964 – obra marcada pela preocupação com temáticas como "modos de vida", "crendices", "linguajar", "festas", "gênero", campos de investigação que somente iriam invadir a História com os estudos sobre Mentalidades, História Cultural e mais recentemente História Social da Cultura. O mérito da pesquisa foi o de apresentar lógicas econômicas próprias dessas populações e ainda apresentar metodologias de entrevistas que depois seriam consagradas pela História Oral.

Pernambuco: modernization without change, 1840-1910, de 1974, e Warren Dean (1977), com o seu *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920.* Tais trabalhos demonstram como as transições foram distintas e não incompletas, e como as diferentes formas atingidas por essas regiões traziam, em seu bojo, experiências dessemelhantes da escravidão e do trabalho livre. Stein, ao tratar das memórias e padrões de consumo dos escravizados pós-1888, explicou as condições de manutenção das fazendas do já decadente vale do rio Paraíba do Sul. De forma análoga, Eisenberg demonstrou como foram as relações de trabalho controladas a partir da terra, que mantiveram níveis de lucratividade na Zona da Mata pernambucana; por fim, Dean demonstrou a convivência de trabalhadores originários do cativeiro junto com os imigrantes, questionando a própria ideia de substituição "física" dos libertos.

Voltando a citar Francisco Falcon, estes estudos estariam apontando "transições na transição", não somente no discurso mas em uma sobrevivência arcaica que favorecia o processo de modernização de nossa economia. Visão similar, embora não diretamente ligada aos estudos da transição do trabalho, pode ser encontrada ainda em outra obra emblemática desse período: o artigo inicial de Francisco de Oliveira em 1972, publicado como livro pouco depois (1973), *Economia Brasileira: Crítica à razão dualista,* e que foi mais uma vez revisto e reeditado em 2015. Um grande mérito dessa(s) obra(s) é a percepção de quanto o atraso de nossa economia, ao longo da segunda metade do século XX, favoreceu seu desenvolvimento e modernização (com o negativo efeito do aumento da concentração da renda), e de como a falsa dicotomia rural *versus* urbano, arcaico *versus* moderno, não permitiu aos historiadores e economistas entenderem as várias nuances desse processo.

Um dos mais influentes livros, do ponto de vista teórico, que irá romper com essa visão anterior, será *O Cativeiro da Terra,* de José de Souza Martins (1990), fruto de estudos de 1979, que iniciou um grande questionamento da ideia de *transição.* Se a ideia central e mais difundida da mencionada obra era a perpetuação e a ampliação do Latifúndio, como mecanismo básico de controle dos trabalhadores rurais do país, a partir da Lei de Terras de 1850,

entendemos que essa obra trouxe contribuições ainda mais importantes, com base em dois pontos fundamentais.

O primeiro foi a análise do regime do colonato, adotado em São Paulo no final do século XIX. José de Souza Martins contesta o que, até então, era aceito quase de maneira acrítica pelos historiadores, a ideia de que esse regime de trabalho fosse uma forma de assalariamento *tout court.* Como o regime pressupunha uma série de direitos e deveres entre o fazendeiro e o colono, congregava ganhos monetários por tarefas, mesclados ao recebimento de salários e, ainda, à produção de alimentos. Somente uma grande miopia teórica poderia transformar esse sistema em assalariamento, como, até então, era tratado pela historiografia pertinente. O "desvendamento" de que o colonato tinha um caráter mercantil, mas não capitalista, será a consequência lógica das discussões propostas.

É nesse ponto que temos a sua segunda contribuição, como já vimos, para os autores da *primeira corrente;* as formas de trabalho rural existentes no país seriam genericamente chamadas de pré-capitalistas, um conceito *confortável* que permitia enfeixar um grande leque de relações laborais formalmente livres, mas que, no entanto, eram distintas do assalariado e consideradas *modalidades* inferiores, pelo que geravam de renda e em termos de racionalidade econômica. A inovação de Martins consistiu em, justamente, no nível da teoria, argumentar que a renda gerada por essas formas de trabalho não capitalistas garantiria bases da acumulação de renda no país. Dito de outra forma, resgatando a discussão sobre a *renda da terra* – que é originária dos estudos de David Ricardo e do próprio Karl Marx –, o autor defende a ideia de que o colonato, a parceria, a meação etc. operam em um nível não capitalista, mas dentro da sua lógica, permitindo taxas de acumulação maiores do que se fosse empregado o assalariamento puro e simples.

Mais recentemente o autor reafirmou a lógica entre a Escravidão (enquanto regime de trabalho) e o Capitalismo (enquanto sistema econômico) quando disse:

> Teoricamente, o desenvolvimento capitalista moderno é incompatível com a escravidão. Mas os teóricos sempre resistiram a aceitar as evidências e os estudos, como os meus, que sublinham uma característica importante do processo do capi-

> tal, a saber: sua competência para regenerar formas arcaicas de relações sociais que, em certas circunstâncias, ampliam a sua taxa de lucro (MARTINS apud CÂNDIDO, 2001, p. 7).[6]

A esse trabalho se agregou outro de igual valor, porém com pesquisa e metodologia bem distintas. A tese de doutoramento de Verena Stolcke, de 1986, *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*, reafirmou muitas das teses defendidas por Martins. A autora acompanhou uma série de famílias de trabalhadores rurais em São Paulo até a década de 1970. O fato de que as relações de trabalho estudadas por ela não se aproximavam do que se entendia por assalariamento e a sua permanência no "centro" da economia mais dinâmica do país levavam à "inevitável" conclusão de que os esquemas explicativos deveriam ser alterados. A sociologia rural, área original da pesquisa, passou a analisar as relações de trabalho no campo, denunciando a vigência de formas arcaicas de exploração do trabalho rural, não apenas como um atavismo, ou uma herança negativa, que tenderia ao desaparecimento, mas sim dentro da lógica e coerência do padrão de acumulação do capitalismo brasileiro.[7]

Se, antes, a adoção de formas de trabalho pré-capitalistas (ou não capitalistas) foi uma das causas determinantes do atraso, a partir das discussões propostas por Martins, Stolcke e marginalmente por Oliveira, os demais estudos, realizados entre as décadas de 1980 e 1990, contribuíram para que se olhassem as distintas *transições* (e não mais "a transição") da escravidão no país, a partir de suas especificidades dentro de um contexto regional, e não apenas num "modelo" anteriormente pensado. Dentre esses vários estudos, pode ser destacada como importante contribuição a obra de José Modesto dos Passos Subrinho, *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro sobre a transição no Sergipe* (2000). O autor questiona os estereótipos do declínio da

[6] O *Cativeiro da Terra* e os estudos posteriores credenciaram Martins como um dos maiores especialistas em estudos sobre persistências de relações escravistas em sociedades capitalistas e o levaram a participar da Junta de Curadores do Fundo Voluntário da ONU contra as Formas Contemporâneas de Escravidão, de 1998 a 2007.

[7] A título de exemplificação das pesquisas no campo, o programa de pós-graduação em extensão rural da Universidade Federal de Viçosa apresentou, a partir da década de 1980, várias pesquisas sobre as relações de trabalho nas várias regiões do país, cf. Universidade Federal de Viçosa (2018).

atividade açucareira na província do Sergipe, como consequência do tráfico interprovincial de escravizados, e ainda reforça as estratégias de controle da mão de obra.

Alexandre Barbosa de Freitas, em 2003, ampliou, em parte, essas novas visões em seu *A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento*, ao estudar as diversas regiões do Brasil e a incorporação crescente de um exército de reserva de trabalhadores livres subocupados que a própria escravidão havia gerado. Reforçando o papel central de São Paulo nesse processo como a região mais dinâmica de nossa economia, nas primeiras décadas do século XX, a tese tem o mérito de demonstrar as inúmeras formas como o "capital" (quer agrário, quer industrial) conseguia os braços – nunca ausentes em nossa realidade.

Completa o autor:

> Talvez por isto a teoria convencional sinta calafrios com as análises históricas e genético-estruturais. Como apontamos, apoiados em informações históricas e dados censitários, o capitalismo brasileiro, na sua aurora, já efetivara na prática a utopia dos ideólogos do fim do século XX. A ideologia a-histórica da flexibilidade pode ser encontrada não apenas nos livros textos mas também na realidade concreta do nosso passado (FREITAS, 2003, p. 317).

Cláudia Alessandra Tessari (2000; 2010) pesquisou as relações de trabalho e a sazonalidade na própria agricultura cafeeira paulista, particularmente na sua região mais dinâmica, o oeste, em que relativiza a ideia do assalariamento "puro" e o próprio colonato. A autora encontrou uma grande importância do trabalho temporário ou sazonal, que intercalava atividades de produção de alimentos e cereais, o qual manteve as taxas de lucratividade altas na mais moderna cafeicultura do país. Caminho semelhante foi percorrido por Rogério Naques Faleiros em *Fronteiras do café: fazendeiros e "colonos" no interior paulista (1917-1937)*, tese defendida em 2007. Comparando mais de duas mil escrituras de contratos de colonos em São Paulo, o autor demonstrou como a variação das condições de trabalho das diversas regiões do estado se relacionava às perspectivas econômicas mais promissoras das áreas da expansão da cafeicultura e ainda da produção intercalar de alimentos.

Para outras regiões do país, novas pesquisas questionaram as visões estereotipadas de declínio e decadência, como a dissertação de mestrado de Luiz Fernando Saraiva (2001), *Um correr de casas, antigas senzalas: A transição do trabalho escravo para o livre na Zona da Mata mineira (1870/1900),* que a partir dos inventários *post-mortem* questionou a "pequena" produção da região e ainda a ausência de liquidez dos proprietários de terra para optarem pelo pagamento de salários, como visto pelos estudos anteriores da região.

A pesquisa citada questionava os estudos anteriores sobre a transição na região (LANNA, 1988; LIMA, 1981) que possuíam em comum a percepção do pequeno alcance da economia da região por ser: 1. fundamentalmente menor que as áreas cafeeiras do "novo oeste paulista; 2. a pequena capacidade monetária dos cafeicultores da região – que os teria levado a adotarem formas "imperfeitas" de trabalho, como a meação e a parceria; e 3. a manutenção dos trabalhadores "nacionais" (leia-se fundamentalmente ex-escravizados) nas lavouras de café, não obstante a intensa imigração europeia que sobreveio para a região, o que impediu o desenvolvimento de um mercado consumidor e produtor mais ativo e dinâmico – novamente em perspectiva comparativa com o que teria ocorrido em São Paulo.

Outra linha investigativa sobre os estudos da transição, ou da forma como a questão do trabalho foi vista pelos contemporâneos, é a pesquisa pioneira de Maria Lucia Lamounier sobre os debates no parlamento e no conselho de estado com os desdobramentos do processo abolicionista, principalmente após o encaminhamento do fim definitivo do tráfico de escravos, em 1850, e da Lei do Ventre Livre, em 1871. O livro *Formas da transição da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879,* publicado em 1986, trouxe o contexto que mobilizou os interesses das diversas frações rurais do país e as concepções de trabalho desejáveis. A lei de locação de serviços de 1879 regulamentava os contratos de trabalho, impondo limites a algumas práticas abusivas do arbítrio senhorial, que já vinham ocorrendo desde a experiência de Ibiacaba. A vadiagem e o ócio das camadas populares eram reprimidos por outras legislações, como o Código Criminal de 1830, alterado em partes pelo Código do Processo Civil de 1832, 1841 e a Lei do Ventre Livre em 1871, e o novo Código Penal de 1890.

As investigações que abordaram os discursos e debates na imprensa e nos órgãos de governo passaram a ter um grande crescimento entre os historiadores a partir de então. Especial destaque pode ser dado à dissertação de Daniel do Val Cosentino, *Um múltiplo de transições: A transição para o trabalho livre em Minas Gerais,* defendida em 2006, que se ocupou da diversidade regional interna da província para demonstrar como as discussões, debates e "soluções" propostas foram muito maiores do que até então se imaginava.

O avanço nessas pesquisas foi baseado não somente em questões teóricas, mas, principalmente, em novos *corpi* documentais, como inventários *post-mortem*, outros documentos cartoriais, processos crimes, listas de matrículas de escravos, relatórios de diversas autoridades (presidentes de províncias, estados, agrônomos etc). Esses documentos *contrariaram*, em grande parte, a historiografia anterior, apoiada em documentos discursivos de caráter *nacional*, jornalísticos ou literários, que, muitas vezes, impunham severos limites à compreensão da questão somente no nível do discurso. Muitas dessas pesquisas ajudaram ainda a inverter o nexo explicativo das economias regionais: se antes a *transição incompleta* do trabalho escravo para o livre teria sido uma das principais causas explicativas da estagnação ou do declínio de determinadas regiões do país, agora seriam essas formas de trabalho não capitalistas que permitiriam a manutenção dessas economias, operando em níveis satisfatórios de investimentos e *retornos* financeiros.

De todo modo, queremos dizer que esses novos estudos ajudaram a ampliar a concepção de que a formação econômica do Brasil somente poderia ser entendida se fossem reconhecidas múltiplas e variadas. Na primeira década do século XXI, uma série de estudos e autores começou a questionar o próprio conceito de *transição*. Resgatando as vivências de trabalhadores escravos e livres nos momentos finais do regime escravista no país e nas primeiras décadas de *vigência* do trabalho livre, autores como John French chamam de falsa dicotomia o *corte* instituído pelo "13 de maio", entendendo, ao contrário, que "O Brasil não é um país congelado e regido por seu passado, mas, com certeza, a transição simbolizada por 1888 não deve ser vista como a passagem da não liberdade para a liberdade" (FRENCH, 2006).

Para essa nova corrente, a separação artificial entre os estudos da escravidão, de um lado, e os que abordam os trabalhadores livres no início da República dificulta a percepção de que muitas das condições de trabalho, das formas de organização dos trabalhadores e dos próprios conflitos entre patrões e empregados somente podem ser entendidas se colocadas na perspectiva histórica de um *longo* processo, dado pelo regime da escravidão e pela sua abolição (FRAGA, 2006).

Dessa forma, as mudanças deflagradas em meados do século XIX, com o fim do tráfico, levaram à adoção de mudanças na escravidão, que dotaram seus membros de maior poder de barganha, ao mesmo tempo aproximando-os dos trabalhadores livres pobres, operando-se maior controle sobre essa categoria social, inclusive com muitas clivagens típicas de uma sociedade escravista (a dependência pessoal, a violência física etc.), mesmo depois da abolição. A modernização capitalista ocorreria, assim, contraditoriamente à reafirmação senhorial sobre grandes contingentes de nossa sociedade.

Essa herança escravista teria se mantido em períodos muito posteriores de nossa história e, particularmente, no mundo rural. A manutenção da grande propriedade de terras e de um senhoriato estendeu formas de trabalho "análogas à escravidão" a períodos bem mais próximos de nossa realidade (MATTOS, 2009; BRUNO, 1997).

Nos últimos anos as pesquisas retornaram às discussões sobre o tema da transição em perspectivas renovadas da História Econômica, com novas fontes, novos métodos de análise e novos aportes teóricos. Destacamos aqui três artigos publicados na *Revista de História Econômica & História de Empresas*, da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE). A pesquisa de Bruno Gabriel Witzel de Souza, "Imigração alemã e mercado de trabalho na cafeicultura paulista – um estudo quantitativo dos contratos de parceria", de 2012, aplica modelos econométricos ao sistema de trabalho conhecido como "parceria" durante a transição e demonstra que o "sistema" não era marcado pela irracionalidade econômica – como apontaram alguns autores – e que, portanto, teria determinado sua substituição pelo colonato.

"O fracasso do trabalho assalariado na agricultura fluminense: diplomacia, capitalismo e a imigração asiática (década de 1890)", de Daniel de Pinho Barreiros, publicado em 2016, retoma os debates sobre a questão dos *coolies*, ou os trabalhadores chineses, e a experiência de colonização de várias fazendas fluminenses por esses trabalhadores entre 1890 e 1894. Para o autor, a falência do modelo se relacionou mais aos mecanismos de controle da terra, à existência de uma fronteira aberta e ainda à concorrência dos salários urbanos do que à ausência de recursos por parte dos proprietários de terra da região. Por último, Luiz Paulo Ferreira Nogueról, em "A transição para o trabalho livre no Brasil – hipóteses a partir da Nova Economia Institucional", de 2017, introduz uma interpretação (como o próprio título do artigo diz) a partir das teorias neoinstitucionalistas de Douglas North e Williamson, demonstrando como as mudanças que levaram ao fim da escravidão foram paulatinas e permitiram às diversas regiões do país se adaptarem aos diferentes tipos de mão de obra (liberta, nacional ou estrangeira) de acordo com as conjunturas distintas.

Por outro lado, na imensa maioria desses estudos, a questão da discussão racial raramente é posta ou, quando o é, normalmente é feita com o objetivo de operar no sentido da *resistência*. A essa parte iremos nos dedicar na próxima seção.

Da questão racial como a grande ausente do debate

A inclusão da pauta da questão racial como um importante elemento para a discussão dentro do conceito da transição se justifica por inúmeros motivos acadêmicos, políticos, econômicos, humanísticos, ou outros que se queria levantar. Para essa podemos apontar algumas questões demográficas bem simples. Em 1872, no Recenseamento Geral do Império do Brasil, temos notícias de que a população brasileira era composta de 9,93 milhões de habitantes; destes, 5,75 milhões ou 58% foram considerados pelas autoridades do censo como pretos ou pardos e, dentre estes, 15,21% ou 1,5 milhões eram escravizados, espalhados por todos os 632 municípios do Império do Brasil. Cento e trinta e oito anos

depois, segundo o último censo geográfico estabelecido pelo IBGE (2010), a população de pretos e pardos (autodeclarados) é de 108,9 milhões ou 56,10% do total da população brasileira.

Cremos ser desnecessário quantificarmos o grande percentual desses indivíduos nos estratos mais desfavorecidos da população brasileira em quaisquer aspectos: social, renda, acesso à educação, à terra, moradia, violência, mortalidade e discriminações dos mais variados tipos – embora a raiz racial seja a origem.

Sem nenhum demérito aos demais grupos étnicos existentes, como os brancos pobres, índios e caboclos, ou os que migraram para o Brasil – principalmente no século XIX e início do XX , como europeus, e em menor escala àqueles do médio e extremo oriente, a predominância da escravidão e das populações originárias do cativeiro, quer no nosso passado, quer no presente, impõe a centralidade da questão na História e no atual estágio de desenvolvimento econômico do país.

No Brasil, a transição de uma sociedade escravista para outra, baseada predominantemente no trabalho livre, colocou para os proprietários e políticos o desafio de assegurar as condições para a manutenção e reprodução do "negócio" Brasil no pós-escravidão. Tal desafio tornou-se ainda mais decisivo, considerando que o controle sobre a produção e a circulação de bens e serviços deveria ser exercido por uma elite branca minoritária. Daí a necessidade de pensar a transição sob uma ótica que transcenda o regime de trabalho, isto é, trazer a centralidade do racismo para entender como as sociedades herdeiras da escravidão de maioria negra *resolveram* seu passado escravista.

Desse modo, a transição não foi apenas econômica, ou seja, somente do regime de trabalho escravo para o semiescravo e livre, mas foi também das formas de preservação e reprodução do poder, de mentalidades, das maneiras de ser e agir individual e coletivamente. Em transição, também estão os elementos simbólicos que determinam a alteridade (o outro, antes escravo, agora um quase-cidadão, a relação escravo-senhor, relação empregado-patrão, a autonomia), os quais vão se refletir nas macro e microrrelações cotidianas de poder. Para tornar visível o binômio racismo-economia na formação do "negócio" Brasil, é condição *sine qua non*

apreender o modelo racial brasileiro não como uma dimensão cabível apenas na antropologia e na sociologia, mas como requisito obrigatório para qualquer estudo que se proponha a entender a complexidade que envolve a saída da escravidão e as raízes do desenvolvimento do Brasil como nação.

A relação racismo-economia bem como a visão de mundo dos ex-escravos e seus descendentes têm permanecido particularmente ausentes dos estudos histórico- econômicos sobre a transição para o trabalho livre no Brasil. Tal ausência pode ser atribuída a pelo menos três fatores, identificados nos clássicos da formação econômica brasileira: o recorte metodológico economicista das análises; o foco nos processos sociais, em detrimento da reconstituição dos fatos históricos; e a crença de que a sociedade brasileira é um paraíso racial.

O *economicismo* das abordagens desenvolvimentistas deve ser analisado à luz da necessidade de contraposição veemente às teses clássicas e neoclássicas sobre o desenvolvimento econômico - como as noções de atraso e a tese etapista rostowiana. Ou seja, era preciso demonstrar de forma inequívoca a incapacidade desse arcabouço teórico liberal para explicar o fenômeno do "subdesenvolvimento" e do "atraso" das economias latino-americanas, em particular o da brasileira, enfatizando sua inadequação para a superação de problemas estruturais na América Latina. Embora as matrizes teóricas adotadas pelos estudiosos, a cepalina e a marxista, abrissem alguma possibilidade para o tratamento de fatores não econômicos na compreensão do desenvolvimento, fundamentalmente, os estudos seguiram privilegiando uma abordagem de classe - burguesia industrial e trabalhadores - sem sequer especular, dada a evidente diversidade na composição racial da sociedade, que estas pudessem, internamente, percorrer trajetórias conflitantes.

Além disso, o economicismo contribuiu para limitar o alcance explicativo das análises, que em geral buscam apreender o todo a partir de um centro dinâmico - a economia paulista. A generalização de uma experiência como sendo válida para as demais regiões do país leva a que se considere como "economicamente" relevante somente o papel dos imigrantes europeus na formação do mercado de trabalho nacional, em detrimento de uma melhor compreen-

são da trajetória do negro - liberto, livre ou africano. Assim, este segmento social passa a ser tratado apenas enquanto trabalhador nacional, como se essa categoria fosse homogênea, indiferenciada em termos raciais e regionais.

Em consequência do recorte economicista, os estudos clássicos se voltam para o passado apenas para confirmar o presente. Em outras palavras, *a explicação dos fenômenos é baseada mais na sua retrospectiva econômica* do que na história econômica propriamente dita, o que implicaria na necessária reconstituição dos fatos históricos. Nessa linha pode-se incluir o trabalho de autores como Celso Furtado, Roberto Simonsen e João Manuel Cardoso de Mello, em que a História é utilizada para compreender o enredo dos processos econômicos e para buscar elementos que possibilitem modelos explicativos gerais da estrutura econômica contemporânea. Portanto, a volta ao passado não visa desvendá-lo, mas responder questões contemporâneas relativas às raízes do subdesenvolvimento brasileiro, ao porquê do atraso nordestino ou da concentração de capital em São Paulo. Tal crítica não diz respeito apenas a se esse ou aquele autor faz história ou retrospectiva econômica, mas refere-se, principalmente, à necessidade de analisar o contexto social e intelectual do qual emergem suas premissas e suas ideias.

A *visão do Brasil como um paraíso racial* influenciou consideravelmente a produção da primeira geração de pesquisas de economistas desenvolvimentistas e de historiadores econômicos na década de 1950, embora, à época, vários estudos e a imprensa negra, sobretudo a paulista, já assinalassem a inexistência de uma "democracia racial" na sociedade brasileira. A prevalência dessa visão deve ser creditada, especialmente, à hegemonia da abordagem freyreana das relações raciais, baseada na suposta harmonia entre os grupos raciais. Essa crença generalizada de que o Brasil, pela ausência de racismo, seria uma exceção entre as sociedades multirraciais, Michael Hanchard denominou de *exclusivismo racial*, o qual impôs uma barreira epistemológica ainda hoje presente na maioria dos estudos no campo da historiografia econômica.

Como os Estados Unidos eram vistos como o modelo de ódio racial em relação ao qual todas as outras sociedades organizadas deveriam ser julgadas, os intelectuais latino-americanos nunca se

preocuparam em investigar as fortes correntes racistas em seus próprios países. Aqueles que de algum modo escreveram sobre relações raciais estavam preocupados com o verdadeiro sistema de *apartheid* racial nos Estados Unidos, com suas formas legais de segregação racial, que deixaram de lado a possibilidade de o conflito racial, tal como o de classe, poder assumir uma variedade de formas (HANCHARD, 1995, p. 207).

É importante notar que a omissão do racismo no debate econômico resulta da forma como parte da *intelligentsia* brasileira rejeitou as teses racistas do século XIX, defendidas na obra de intelectuais como Oliveira Viana e Nina Rodrigues, para os quais as diferenças raciais (que eles supunham inatas) eram o problema central do desenvolvimento da nação brasileira. Mais especificamente, discutiam o "atraso" do país em termos de *não há nação sem povo*; e animados pelo chamado racismo científico, realçavam como antagônicas a composição racial e étnica da população - majoritariamente negra - e as possibilidades de ingresso do Brasil no rol das nações ocidentais civilizadas.

A substituição das teses racistas em favor de uma interpretação calcada nas diferenças culturais (adquiridas e, portanto, passíveis de serem mudadas) produziu um duplo efeito: por um lado, contribuiu para suprimir, pelo menos teoricamente, as noções sobre a inferioridade inata da pessoa negra, por outro, camuflou na sociedade as possibilidades de tensão social de caráter racial, assim também eliminando do debate intelectual as dimensões política e econômica do pertencimento racial.

Desse modo, as abordagens passam a restringir-se às *relações [entre grupos] raciais*, sempre tidas como harmônicas, como se a dimensão racial operasse em uma esfera desconectada das demais dimensões da vida social e econômica. A interpretação das relações raciais, assim construída nos limites da suposta ausência de racismo, criou uma espécie de realidade socioeconômica virtual que passou a vigorar tanto no senso comum como na produção intelectual.

As interpretações culturalistas das relações raciais no Brasil retiraram a composição racial da população do centro da disputa por um projeto de nação, pois a explicitação de ações que pudes-

sem desencadear conflitos raciais poderia significar uma quebra da unidade nacional. Em face do tamanho do contingente negro, havia o temor das elites, talvez maior que as possibilidades concretas, de ver o país transformar-se em um novo Haiti, durante todo o período imperial, e depois, durante a República Velha, em um novo Estados Unidos, onde as políticas de segregação no pós-abolição desencadearam conflitos raciais que perduraram ao longo do século XX.

A introdução da relação entre racismo e economia nos debates econômicos confere dimensão política e econômica ao pertencimento racial, reconhecendo-o, portanto, como objeto passível de políticas de Estado. A historiografia norte-americana, que também trata de uma economia capitalista herdeira da escravidão, atribuiu um lugar teórico ao racismo na análise do processo de transição para o trabalho livre naquela sociedade. Isso pode ser consequência da aceitação mais generalizada de um modelo racial fundado em políticas de segregação racial. A natureza segregacionista do racismo estadunidense, além de forçar a análise da relevância social, política e econômica da dimensão racial, contribuiu para os padrões de organização política-econômica-educacional dos afro-norte-americanos, ainda no século XIX. Mas a influência dos estudos norte-americanos sobre os produzidos no Brasil não chegou a ser suficiente para que tais considerações passassem a figurar nas análises brasileiras.

Cabe assinalar que o sociólogo e economista sueco Gunnar Myrdal, um dos importantes teóricos do desenvolvimento econômico, exerceu uma forte influência sobre os desenvolvimentistas brasileiros ao enfatizar o papel desempenhado pelos fatores políticos no processo de desenvolvimento, abrindo caminho para estudos da dinâmica interna dos países. No entanto, curiosamente, sua obra clássica sobre o paradoxo entre o racismo vivenciado pelos negros e os ideais liberais e democráticos nos Estados Unidos - *An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy* -, publicada em 1944, não encontrou eco entre os desenvolvimentistas brasileiros, o que indica o quanto a visão do Brasil como paraíso racial estava consolidada.

Embora os clássicos da historiografia econômica brasileira buscassem compreender os fatores não econômicos da dinâmica

interna da sociedade, seus autores passaram ao largo da política racial, ignorando como ela influencia e é influenciada pelo conjunto das políticas formuladas pelo Estado brasileiro. A ausência desse paradigma só não é total porque Sérgio Silva, ao estudar a transição do escravismo para o trabalho livre, admite que, em certa medida, a exclusão do negro do mercado de trabalho no Brasil se deu em razão de preconceitos raciais.

Ainda que pertinentes, as críticas dos desenvolvimentistas brasileiros ao determinismo dos fatores não econômicos - clima, mistura racial, religião etc. -, na explicação do atraso das economias subdesenvolvidas, se revelaram superficiais no tocante ao papel desempenhado pelo trinômio raça-eugenia-subdesenvolvimento. Se, por um lado, as críticas foram uma vitória da "mistura racial" sobre a eugenia, por outro lado, representaram uma derrota por não conseguirem apreender, de outro modo, a maneira pela qual a política racial brasileira (*melting pot*) se constituiu no *leitmotiv* do projeto de desenvolvimento nacional. A falta de nexos entre os elementos formadores da nação brasileira e as questões do "atraso" econômico faz supor que os desenvolvimentistas partiam da ideia de uma nação acabada, ou cuja construção já não era mais vista como um problema.

Para os desenvolvimentistas, o foco nos aspectos econômicos - condições de acumulação de capital, dependência ao setor agroexportador etc. - separava as análises das condições do atraso econômico brasileiro da eugenia social e do racismo supostamente científico do século XIX, mas, ao mesmo tempo, as descaracterizava por não atribuir um lugar analítico para o racismo. Portanto, ao que parece, para os clássicos do desenvolvimentismo, o passado escravista se resolveu com a decretação da Lei Áurea. Tanto é assim que os diagnósticos e os receituários para a superação das condições do atraso brasileiro circunscreveram-se apenas às questões sociais e econômicas, sem menção à forma como são reconfiguradas pela dimensão racial. Esse *não lugar*, essa invisibilidade epistemológica do racismo, é parte do *modus operandi* da "democracia racial", absorvida sem críticas pelos teóricos do desenvolvimento brasileiro.

Caio Prado Júnior, o primeiro autor a qualificar o Brasil como um "negócio", foi, talvez, também o primeiro a estabelecer uma

separação entre o racial e o econômico, algo aceitável nos marcos da sua matriz teórica marxista. Como demonstra sua crítica ao caráter das elites brasileiras, o racial não se associa ao econômico, por ser essa uma dimensão que determina as demais. Entretanto, em sua crítica à escravidão, essa separação se desfaz quando atribui a ausência dos trabalhadores servis nas tarefas mais complexas da incipiente indústria manufatureira brasileira ao atavismo e "o baixo nível cultural dos povos africanos" que foram trazidos para o Brasil. Essa mesma visão eurocêntrica é compartilhada por Celso Furtado, ainda que este se paute por uma outra perspectiva interpretativa da formação econômica brasileira, e se reproduz em estudos mais recentes que criticam os pais fundadores, mas a eles se mantêm fiéis no que diz respeito ao não lugar analítico do racial.[8]

Os três fatores abordados anteriormente, que explicam a exclusão do paradigma racial da história econômica do Brasil, indicam que o repensar da transição para o trabalho livre deve levar em conta: primeiro, o caráter multifacetado da formação econômica brasileira; segundo, a dimensão política e econômica do racismo e sua importância para a compreensão da urdidura do processo de desenvolvimento brasileiro.

Considerações finais

Se queremos avançar nas questões até aqui propostas, devemos reter que os estudos da transição do trabalho escravo para o livre no Brasil precisam, necessariamente, abordar três questões fundamentais; a) a delimitação exata do que se entende por essa *transição* à luz dos estudos, das fontes e dos *usos políticos* feitos pelo saber científico; b) a importância das diversas transições pelas quais as diversas regiões do país passaram. Aqui, mais do que resgatar a história de regiões periféricas ou atrasadas da nossa economia, é entender que muitas dessas regiões foram, ao contrário, *perifeirizadas* e *atrasadas* retórica e faticamente por interpretações do passado, que operaram modelos econômicos desenvolvimentistas dos últimos 50 anos; c) a centralidade única que a questão racial teve

[8] Cf. Gremaud, Saes e Toneto Júnior (1997).

e tem em nossa realidade, pelo que mostra e pelo que oculta. Aqui não se trata apenas de reconhecer uma realidade terrível em nosso passado; na verdade é um objetivo mais ambicioso, o de entender que o *ocultamento* das relações raciais como fundantes das nossas relações sociais tendem a perpetuar um modelo em que os outros (no caso os trabalhadores despossuídos ou subalternos) sejam sempre vistos como *objetos* e não sujeitos de sua própria história.

Embora alguns autores cada vez mais afirmem que as heranças escravistas estão vívidas entre nós, particularmente nas inúmeras formas de violência e sujeição ao trabalhador rural, que até hoje não se tornaram plenamente capitalistas, a delimitação temporal e temática do que se entende por *transição* é extremamente importante. Se a transição do trabalho escravo para o livre é um período tão amplo que nos permite estender nossas análises do final do século XVIII até os dias de hoje, o conceito perde grande parte do seu *uso* operacional.

Claro que as questões do discurso antiescravista têm suas origens em períodos anteriores ao século XIX e sua influência deve ser estudada entre nós (BLACKBURN, 2002), porém, entendemos que, para efeito dos estudos da transição do trabalho escravo para o livre, os meados do século XIX (1850) se impõem como um marco significativo.

Sem detalharmos os debates existentes e ausentes sobre a condenação da escravidão e a defesa do fim do tráfico entre nós, *anteriores* aos anos de nossa independência e aos motivos que levaram à proibição do tráfico de escravos em 1831 e ao seu fim, de fato, em 1850, podemos perceber que a Lei Eusébio de Queiroz (1850) significou um momento de "clivagem" da economia brasileira. Por um lado, havia um "estoque" considerável de cativos, acumulado durante a primeira metade do século XIX, e ainda possibilidades de reposição dos braços faltantes, via tráfico intra e interprovincial (respectivamente, dentro de uma mesma província e entre províncias distintas); por outro lado, questões como escassez de mão de obra, imigração, ensino e melhoria das técnicas agrícolas, modernização dos transportes e reordenamento das terras e dos trabalhadores se transformaram na "pauta" principal das discussões dos setores política e economicamente dominantes do país.

Reflexos dessas questões foram tentativas de introdução de trabalhadores imigrantes em várias províncias, sendo a mais famosa – mas não a primeira nem a única – na província de São Paulo, pelo senador Vergueiro, em sua fazenda Ibiacaba, conforme visto ainda na década de 1840. A Lei de Terras, aprovada em 1850, e a sua lenta regulamentação, a criação dos primeiros institutos agronômicos no país (como o da Bahia, em 1859), o *boom* de ferrovias e outros episódios *modernizantes* a partir da Corte, e ainda as leis, como a do Ventre Livre, de 1871, a de locação de serviços, de 1878 (que regulava o trabalho entre livres) e a dos Sexagenários, em 1885, além, é claro, da Lei Áurea, de 1888, e as diversas regulamentações do trabalho rural que, durante o período da Primeira República, foram levadas a cabo quase que exclusivamente pelas instâncias estaduais.

Do lado das classes dominantes, a questão central foi, então, os "mecanismos de controle" que seriam utilizados quando a escravidão deixasse de ser o principal regime de trabalho nas fazendas.

Do lado dos escravos e dos trabalhadores livres, as transformações foram múltiplas e variadas, dependendo da região e da atividade econômica desenvolvida (maior ou menor intensidade da economia da *plantation*, existência de terras "livres" etc.). No caso da região Centro-Sul, que nos interessa mais diretamente, assistimos à incorporação dos homens livres pobres à dinâmica das grandes fazendas cafeeiras, não apenas na fase inicial de montagem dos cafezais, ou como tropeiros, feitores e capatazes, mas durante todo o processo, como colonos, parceiros, meeiros, trabalhadores de empreitada, dentre outras atividades. Se vimos a maior importância do trabalhador livre crescendo ao longo do período, também o acesso à terra se tornou mais difícil e, em muitos casos, a violência foi utilizada como forma de sujeição desses trabalhadores ao "mundo do trabalho".

Já em relação aos escravos, as consequências também foram contraditórias; por um lado, assistimos ao aumento de "direitos" e garantias, até como forma de "poupar" escravos – a possibilidade de formarem pecúlios e comprarem suas alforrias, a proteção contra castigos físicos cruéis, o aumento das famílias e a possibilidade de uma produção autônoma de alimentos. Por outro, o ritmo do

trabalho nas fazendas tendeu a crescer, aumentando a taxa do sobretrabalho na mesma medida em que as revoltas, as fugas e os demais atos de resistência ocorreriam com intensidade crescente por todo o período.

Esse último ponto (maior número de revoltas escravas) indica claramente um aumento da conscientização, por parte dos cativos, quanto aos debates e aos movimentos abolicionistas, que tenderam, cada vez mais, a pressionar o regime escravista para seu fim. Em várias regiões do país, o sistema de trabalho, apoiado no serviço escravo, entrou em "colapso" a partir da década de 1880, forçando, inclusive, os grandes proprietários a "negociar" alforrias em massa, ou a abandonar de vez o trabalho escravo. Nos momentos cruciais, em torno de maio de 1888, também assistimos a debandadas em massa das fazendas e preocupações dos proprietários e dos agentes da lei com algazarras e distúrbios promovidos pelos libertos e/ou simpatizantes da causa. Se o estudo desse impacto entre os setores dominantes já é amplamente conhecido, faltam, no entanto, estudos que apontem os significados da liberdade para o conjunto de *libertos*.

"Serenados" os ânimos, vamos encontrar múltiplas formas de trabalho no universo rural. Bem poucos serviçais passaram a receber exclusivamente salários fixos, conforme nossa anacrônica visão capitalista nos leva a crer. Entre o trabalho escravo propriamente dito e o assalariado existiu e ainda existe, no "campo" brasileiro, um amplo leque de relações de emprego, como a meação, o colonato, a parceria, a quartação, o morador de condição, o barracão etc.

Essas formas foram (e são) dinâmicas e difíceis de precisar, mas, em linhas gerais, temos que são relações em que parte da remuneração era paga em dinheiro (fixa e/ou por tarefa), outra, com a cessão de casa de morada, terras e benfeitorias para a criação de animais ou o cultivo de gêneros e, ainda, mais outra para a divisão (meação) da produção "principal" (o café, por exemplo), que poderia ser feita em partes iguais, à meia, ou em partes desiguais, como na terça ou, ainda, no sistema da quartação, muito utilizado na criação de animais nas grandes fazendas. Havia também os contratos de colonos que foram estabelecidos com os imigrantes europeus, em meados do século XIX, nos quais o empregador adiantava os

custos da viagem e, depois, os abateria nas colheitas subsequentes. A maior parte dessas relações não possuía registros formais e modificava-se bastante de acordo com as conjunturas de preços, as intempéries (chuvas, geadas etc.) e outros fatores.

Várias dessas relações de trabalho acabaram por "descambar" em formas de controle similares à escravidão, através de dívidas contraídas pelos trabalhadores com compras feitas nas vendas, mantidas pelos proprietários rurais, ou afiançadas por esses, ou, ainda, com o adiantamento de algum dinheiro; esses trabalhadores ficavam presos às fazendas e a coerção física acabava por dar o tom. Também a dependência pessoal vai ser utilizada como instrumento político em práticas coronelísticas já exaustivamente tratadas pela historiografia pertinente. Enfim, como já havia dito José de Souza Martins, "Ao contrário do que parece crer a maioria dos autores que tem feito referência à substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, essa passagem foi relativamente complicada e tensa".

Todos esses processos, que já foram amplamente estudados pela historiografia, configuram-se nas *margens* temporais e temáticas dessa transição do trabalho. Mais que a incorporação de novos temas de pesquisa a esse cenário, entendemos que a compreensão sistemática e comparada desses temas nas diversas regiões do país pode nos auxiliar na compreensão do quão *diverso e desigual* era o país unificado por experiências geradas pelo cativeiro e pela perspectiva de fim deste.

Referências bibliográficas

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravismo e transição*: o Espírito Santo (1850-1888). Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do estado absolutista*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de. Transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Nordeste açucareiro, 1850-1888. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, 1983.

BAIARDI, Amilcar. *Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueira da Bahia*. São Paulo; Salvador: Hucitec, 1984.

BARREIROS, Daniel de Pinho. O fracasso do trabalho assalariado na agricultura fluminense: diplomacia, capitalismo e a imigração asiática (década de 1890). *História Econômica & História de Empresas*, v. 19, n. 1, out. 2016.

BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial, 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política I*. Brasília: EdUnB, 1998.

BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra*: a nova face das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense/UFRRJ, 1997.

CÂNDIDO, Mário Rolim. Entrevista com José de Souza Martins: a escravidão contemporânea. *Revista Ciência Hoje*, v. 28, n. 168, jan./fev. 2001.

CERQUEIRA, Hugo da Gama. Adam Smith e o surgimento do discurso econômico. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 24, n. 3, p. 433-453, 2004.

COSENTINO, Daniel do Val. *Um múltiplo de transições*: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. *A escravidão nas áreas cafeeiras*: aspectos sociais, econômicos e ideológicos da desagregação ao sistema escravista. 1964. Tese (Livre Docência em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1964.

_____. *Da senzala à colônia*: corpo e alma do Brasil. São Paulo: Difel, 1966.

CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. *Um retrato fiel da Bahia*: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo Açucareiro, 1871-1902. 2004. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) – Universidade Estadual de Campinas, 2004.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. São Paulo: Martins, 1941.

DEAN, Warren. *Rio Claro*: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

EISENBERG, Peter. The sugar industry in Pernambuco: modernization without change, 1840-1910. Berkeley: University of California Press, 1974.

FALCON, Francisco. *Mercantilismo e transição*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

FALEIROS, Rogério Naques. *Fronteiras do café*: fazendeiros e "colonos" no interior paulista (1917-1937). 2007. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

FARIA, Regina Helena Martins de. *Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista*: os descaminhos da liberdade. São Luís: Edufma, 2012.

FRAGA, Walter Filho. *Encruzilhadas da liberdade*. Campinas: EdUnicamp, 2006.

FREITAS, Alexandre Barbosa de. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*: da escravidão ao assalariamento. 2003. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

FRENCH, John. As falsas dicotomias entre a escravidão e a liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo*: Brasil e Europa, séculos XVII e XVIII. São Paulo: Annablume, 2006.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional; Publifolha, 2000.

GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963.

HANCHARD, Michael. Fazendo a exceção: narrativas de igualdade racial no Brasil, no México e em Cuba. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 28, 1995.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo demográfico 2010: resultados preliminares do universo. *IBGE*, 2010. Disponivel em https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9747&t=sobre. Acesso em: 11 jun. 2019.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem*: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LAMOUNIER, Maria Lucia. *Formas da transição da escravidão ao trabalho livre*: a lei de locação de serviços de 1879. 1986. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho*: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira, 1870/1920. Campinas: EdUnicamp; Brasília: CNPq, 1988.

LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais, 1870-1920*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARCONDES, Renato Leite. *Diverso e desigual*: o Brasil escravista na década de 1870. Ribeirão Preto: Funpec, 2009.

MARIUTTI, Eduardo Barros. *Balanço do debate*: a transição do feudalismo ao capitalismo. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, p. 51-64, 2009.

MOTTA, Márcia. *O rural à la gauche (campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda) 1955/1996*. Niterói: Eduff, 2014.

MYRDAL, Gunnar. *An american dilemma*: the negro problem and modern democracy. New York: Harper & Brothers, 1944.

NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. A transição para o trabalho livre no Brasil: hipóteses a partir da Nova Economia Institucional. *História Econômica & História de Empresas*, v. 19, n. 2, jan. 2017.

OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos CEBRAP*, v. 2, p. 3-82, 1973.

_____. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

PASSOS SUBRINHO, José Modesto dos. *Reordenamento do trabalho*: trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro sobre a transição no Sergipe. Aracaju: Funcaju, 2000.

PAULA, João Antônio de. Afinidades eletivas e pensamento econômico: 1870-1914. *Kriterion - Revista de Filosofia*, v. 46, n. 111, p. 70-90, 2005.

PRADO, Eduardo da Silva. Immigration. In: NERY, F. J. de Santa-Anna (dir.). *Le Brésil en 1889*: avec une carte de l'empire en chromolithographie, des tableaux statistiques, des graphiques et des cartes. Paris: Charles Delagrave, 1889.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

SAES, Alexandre Macchione; SAES Flavio Azevedo Marques de. *História econômica geral*. São Paulo: Saraiva, 2017.

SALETTO, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo, 1888-1930*. Vitória: Edufes, 1996.

SAMPAIO, Elias de Oliveira. *Dialogando com Celso Furtado*: ensaios sobre a questão da mão de obra, o subdesenvolvimento e as desigualdades raciais na formação econômica do Brasil. São Paulo: Hucitec, 2019.

SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas*: a transição do trabalho escravo para o livre na Zona da Mata mineira (1870/1900). 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1963.

SOUZA, Bruno Gabriel Witzel de. Imigração alemã e mercado de trabalho na cafeicultura paulista: um estudo quantitativo dos contratos de parceria. *História Econômica & História de Empresas*, v. 15, n. 2, 2012.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café*: no vale do Paraíba, com referência especial ao município de Vassouras. São Paulo: Brasiliense, 1961.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura*: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

TESSARI, Cláudia Alessandra. *Tudinhas, Rosinhas e Chiquinhos*: o processo de emancipação dos escravos e os libertos no mercado de trabalho. Piracicaba: 1870-1920. 2000. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

_____. *Braços para colheita*: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915). 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – UFV. *Lista de teses*: Mestrado em Extensão Rural. Viçosa: UFV, 2018. Disponível em: https://www.posextensaorural.ufv.br/wp-content/uploads/2012/02/Lista-de-Disserta%c3%a7%c3%b5es1.pdf Acesso em: 30 jun. 2019.

VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André. Passados (im)perfeitos ou a ótica buarqueana sobre o Império do Brasil na América. *Revista Brasileira de História*, v. 36, n. 73, p. 135-157, 2016.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo: 2004.

Senhoras, escravizadas, libertas e pobres: as mulheres no Império brasileiro

Hildete Pereira de Melo
Miridan Britto Falci

Introdução

Este ensaio tem como objetivo resgatar fragmentos da história das mulheres brancas, negras e indígenas que participaram da construção do Brasil, focalizando estas presenças no período imperial. Há uma lacuna na historiografia nacional a respeito da presença feminina na sua História. Estas mulheres foram sistematicamente ignoradas pela História oficial e, ao chegar ao século XXI, desenha-se um pedido de desculpas por esta ausência e culpam-se os escassos registros históricos como empecilhos para esta escrita. Estimamos que, embora já se tenha dito e registrado muitos aspectos destes tempos, as lacunas abundam e o tema da história das mulheres ainda continua mascarado, seja pela fala dos homens, seja pela ausência delas do cenário histórico oficial. E nada consola afirmar que estas lacunas se devem ao fato de as mulheres terem ficado fora desta documentação, porque a narrativa tradicional privilegia a cena pública e elas ficaram restritas ao espaço doméstico e também fora da política e das guerras (PERROT, 2005, p.33).

Se, nos dias atuais, multiplicam-se as informações sobre as mulheres, são denúncias sobre as discriminações presentes, vividas por todas elas, que se acentuam quando, ao olhar o passado nacional, encontra-se um apagamento das mulheres, tanto na Colônia, como no Império e na própria República. E esta ausência é ampla e irrestrita. Todas foram ignoradas: ricas, pobres, cultas, analfabetas, livres,